

**Relatório da Audiência n.º [4-COFMA-XIII](#)**

**Dia:** 25 de fevereiro de 2016

**ENTIDADE:** Comissão de Trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos

**ASSUNTO:** *Medidas aplicadas à CGD – OE 2016*

**Recebido pelos Senhores Deputados:**

- Paulo Trigo Pereira (PS), Vice-Presidente da Comissão;
- Mariana Mortágua (BE);
- Paulino Ascensão (BE);
- Cecília Meireles (CDS-PP)
- Miguel Tiago (PCP);
- Carla Cruz (PCP)

**Síntese dos Temas Abordados:**

O Vice-Presidente da Comissão, Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS), deu as boas vindas aos representantes da CT/CGD, dando nota do modo de condução dos trabalhos e do conhecimento que, posteriormente, seria dado a todos os membros da Comissão quanto ao teor da audiência.

A delegação da CT/CGD, composta Jorge Canadelo, Paulo Gonçalves, Isabel Rodrigues e Vítor Alves, agradeceu o agendamento da audiência, e apresentou sucintamente os motivos que a trouxe à Assembleia da República. Salientou a continuação do incumprimento do acordo de empresa e lembrou o facto de a CGD estar em mercado concorrencial. Sublinhou também a diferenciação existente entre os

órgãos sociais e os restantes trabalhadores da CGD. Manifestou, não obstante, alinhada com a missão da CGD, ao serviço do país.

Em sede de debate, começou por usar da palavra a Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE), que destacou o desrespeito do acordo de empresa e a desigualdade de tratamento dentro da própria CGD. Notou que o congelamento das carreiras se manterá, como acontece com a restante Administração Pública, e que avaliará a possível exclusão da CGD do âmbito desta norma. Perguntou se há trabalhadores promovidos a outras funções com manutenção da remuneração e pediu uma opinião sobre os resultados da CGD e sobre o sistema financeiro em geral.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) manifestou-se contrário, igualmente, à não aplicação do acordo de empresa. No que toca às carreiras, e realçando a situação ambígua dos trabalhadores da CGD (sector público mas concorrencial), notou que as normas da proposta de lei que aprova o Orçamento do Estado não são particularmente favoráveis às pretensões da CT/CGD e que o PCP não concorda com o congelamento de carreiras em qualquer sector da Administração Pública, pelo que não garante que seja apresentada uma proposta de alteração específica para o caso da CGD.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (PS) lembrou também a dupla vertente dos trabalhadores da CGD, recordando os compromissos eleitorais do PS e a situação específica orçamental portuguesa. Sublinhando que este é um problema universal dos trabalhadores em funções públicas, sustentou que o Governo tem como prioridade os mais carenciados.

A delegação da CT/CGD, confirmou que houve alterações nas carreiras sem as respetivas alterações remuneratórias. Reiterou que os trabalhadores da CGD continuam focados na missão da CGD. Manifestaram opinião no sentido de que a situação financeira da CGD é incompatível com a absorção de funcionários do Novo Banco. Referiram ainda que, sabendo que não são dos sectores mais carenciados da sociedade portuguesa, têm que destacar a desigualdade e injustiça da sua situação.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão notou que os conceitos de justiça e igualdade são sempre relativos e dependem do referencial específico de trabalhadores considerados (que poderão ser o dos trabalhadores em funções públicas ou os do setor empresarial privado). No final, agradeceu as informações e esclarecimentos



Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa

---

apresentados pela CT/CGD, dando nota que seria elaborado um relatório da audiência.

Diversa informação sobre a audiência, nomeadamente a gravação, pode ser consultada na [página internet da Comissão](#).

Palácio de São Bento, 25 de fevereiro de 2016

**O Vice-Presidente da Comissão**

**Paulo Trigo Pereira**